

Críticas ao pensamento das senzalas e casa grande

HENRIQUE CUNHA JUNIOR*

Resumo

As críticas sobre o que é considerada a obra “Casa Grande e Senzala” são tratadas em diversos aspectos. Como uma ideologia de nação brasileira que tem origem na mestiçagem, ou como desmandos da informalidade e da superficialidade. São refutados tanto os argumentos de que a obra seja inovadora quanto a abordagem das relações sociais entre populações negras e brancas, tanto no âmbito nacional como no panorama internacional. Ainda contestamos a ideia que o trabalho contenha informações importantes sobre as populações negras imigradas de maneira forçada para o Brasil. Conclui-se que, para as populações negras, o trabalho não teve nenhuma importância e apenas serviu como ideologia para evitar as consequências dos protestos dos movimentos negros.

Palavras-chave: africanidades e afrodescendência; mestiçagem; ideologia do racismo; críticas ao livro *Casa Grande e Senzala*.

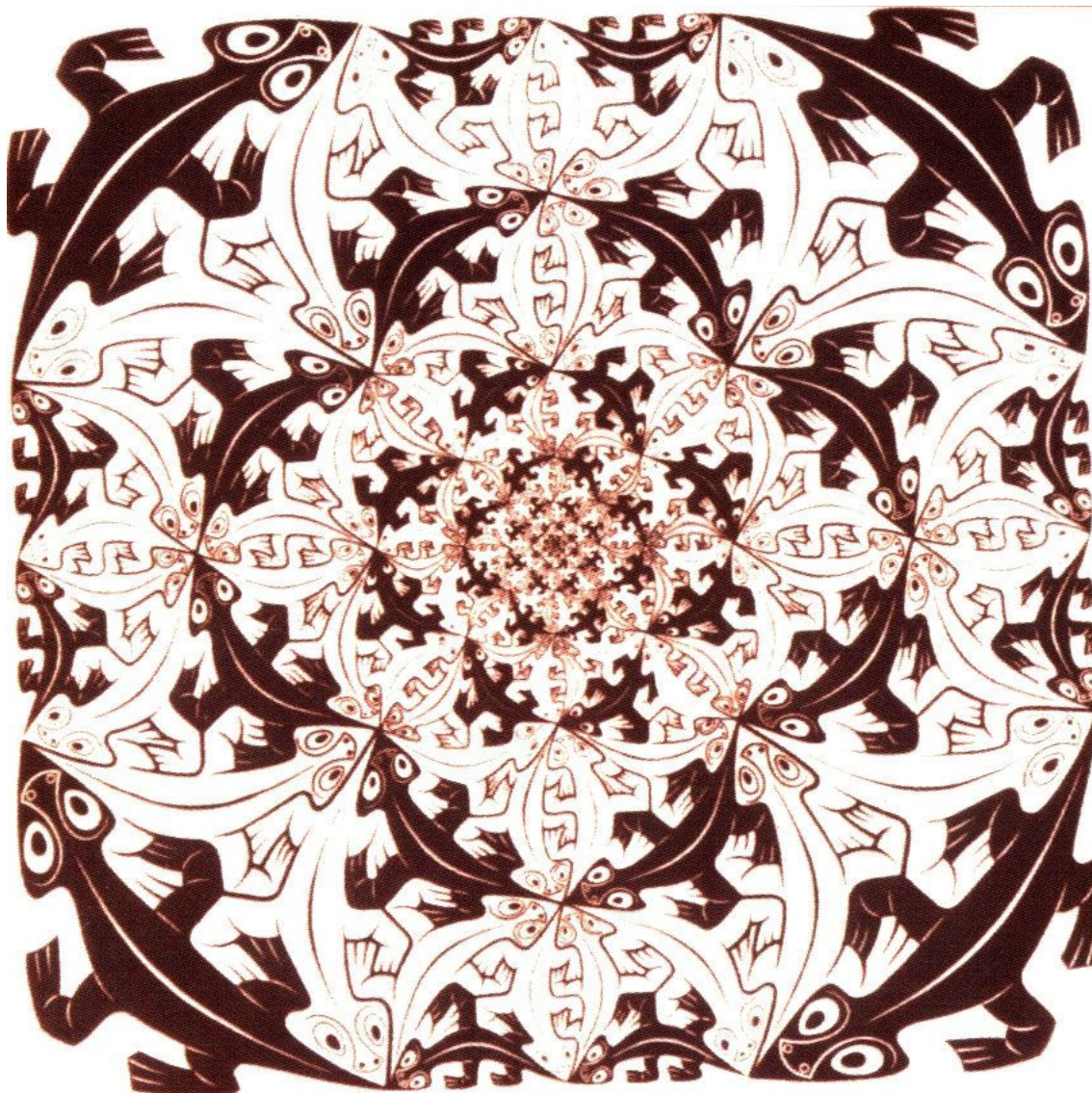
Abstract

Critics on what is considered the social masterpiece “Masters and Slaves” (literally Big House and Slave Quarters, from Portuguese version and for the more focused in English The Masters and the Slaves) are treated in several ways. As an ideology of the Brazilian nation that has its origin in the racial miscegenation, or as excesses of informality and superficiality. In this paper are refuted the arguments the book was an innovative approach to social relationship between black and white populations. This is not really new considering the literature on this subject in Brazil and Cuba. We still challenged the idea that the work contains important information about African enslaved in Brazil. We conclude that for the black population the book does not represent an important contribution and only served as a base to ideology of racial miscegenation and democracy to avoid the consequences of the protests of black movements.

Key words: African decendence; racial miscegenation; racism as ideology; critics on the book *Master and Slaves*.



* **HENRIQUE CUNHA JUNIOR** é Professor Titular da Universidade Federal do Ceara desde 1995. Tese de Livre docente USP - 1993. Professor da USP entre 1985 - 1994. Pesquisador Senior do IPT - 1988 - 1994. Doutor pelo Instituto Nacional Pesquisa de Lorraine - INPL.



1. As visões revolucionárias sobre o negro não estão em *Casa Grande e Senzala*

A indignação que move este artigo sobre os enfoques e o peso dados ao livro “Casa Grande e Senzala” data desde meu curso de graduação em ciências sociais na UNESP de Araraquara na década de 1970. Esta indignação remonta às épocas das reuniões na casa de meu pai e dos seus amigos militantes dos movimentos negros. A crítica ao pensamento universitário recebido na universidade não se restringe ao pensamento da casa grande e da ideologia deste, mas a visões filosóficas

eurocêntricas estabelecidas desde o início do século passado, constituído pelo pensamento republicano brasileiro e sua decorrências. Em [NTU](#), artigo publicado pela [Revista Espaço Acadêmico \(n. 108, maio de 2010\)](#), faço críticas ao pensamento conservador brasileiro que, em parte, tem resultado no fato de os pesquisadores africanos e da diáspora estarem fora das bibliografias usuais que tentam pensar o Brasil. Não existe pluralidade de opiniões, são de modo geral as bibliografias eurocêntricas, ocidentais, tanto entre os marxistas como quanto aos positivistas funcionalistas.

Nas ausências dos africanos e afrodescendentes das bibliografias se exclui também aqueles que fazem propostas revolucionárias sobre o pensamento brasileiro quanto à população negra. O professor Doutor Juliano Moreira, médico negro, um dos maiores pesquisadores deste país do início do século passado, fundador do novo pensamento psiquiátrico brasileiro, grande esquecido e injustiçado da ciência brasileira, foi um dos primeiros intelectuais a contestar as premissas da escola racista baiana de medicina sobre a suposta maléfica herança da raça negra para a sociedade brasileira (PASSOS, 1975), (JACOBINA/GELMAN, 2008). Enquanto a escola racista baiana de medicina, com destaque para a produção do médico Nina Rodrigues, fazia uma ciência de desqualificação social da população negra, tornado um fator biológico os problemas de loucura e atos criminosos incidentes sobre a população negra, Juliano Moreira, desde 1910, declarava que estas decorrências eram apenas resultados das limitadas condições sociais impostas à população negra na sociedade brasileira (MOREIRA, 1910).

A propósito, Juliano Moreira, desde sua tese de doutoramento em medicina (1891), denominada “*Etimologia da Sífilis Maligna Precoce*”, já contestava as afirmações da ciência sobre os determinismos tropicais e raciais sobre esta doença. A proposta de Juliano Moreira e os resultados das suas pesquisas não tiveram impactos na sociedade e no pensamento brasileiro, pois condenava a estrutura social racista e escravista criminosa e não a população e a cultura negra. Existe até a atualidade um imenso silêncio sobre a figura de Juliano Moreira, trata-se de um dos grandes cientistas e não figura no site do CNPq.

O intelectual baiano Manoel Querino (1851-1923), jornalista, escritor, artista plástico e historiador, fundador do Liceu de Arte e Ofício e do Instituto Histórico e Geográfico da Bahia, proponente de polêmicas que criou para o pensamento social brasileiro uma análise crítica inovadora e desafiadora para os padrões de sua época, visto ter pensado o africano como colonizador do Brasil. Este personagem foi possivelmente um dos primeiros a analisar e fazer justiça à importância da população de africanos e descendentes na formação histórica do Brasil (QUERINO, 1980, 1955). Querino pensava o africano como colonizador do Brasil e produziu estudos inovadores e desafiadores sobre a cultura e a contribuição africana num período em que não havia interesse dos estudiosos brasileiros sobre o assunto. Numa época na qual os pesquisadores, na sua maioria médicos e etnógrafos, se interessavam apenas pela população indígena, este historiador introduziu estudos sobre a população negra de forma magistral e despoluída do racismo científico vigente à época. Viveu e produziu importantes debates em ambiente cultural pautado por fortíssimas teorias racistas contra negros e descendentes (CORREA, 1998), (LEAL, 2004). Poderíamos também fazer referências aos intelectuais negros de Pelotas, no Rio Grande do Sul, que no período de 1905 a 1930 imprimiam no Jornal Alvorada novas visões sobre a população negra, cultura negra e as situações de vida desta população perante o racismo (SANTOS, 2003), (SILVA, 2001). Embora o jornal tenha durado até 1957 são importantes as posições destes intelectuais em período anterior a publicação de *Casa Grande Senzala* em 1933.

Se fizermos a aplicação dos métodos da história encontraremos significativas e inovadoras visões sobre a população

negra e relativo às teorias racistas que precedem em pelo menos 20 anos as pesquisas e a publicação de *Casa Grande e Senzala*. Portanto, mesmo que as análises deste fossem corretas não cabe o adjetivo de inovadoras no interior dessa discussão. Pela deficiência do uso sistemático, senzalas e casa grande tornaram-se um símbolo impregnado no pensamento brasileiro. Deficiência em razão de ser uma simplificação ou uma quase deformação da realidade histórica. Sistemático pelo fato de insistência repetitiva nesta forma de raciocínio incompleto, aplicando aos cursos de formação e não examinando outras possibilidades e propostas a exemplo do trabalho de Clovis Moura (MOURA, 1990). As afirmações e ponderações encontradas no clássico “*Casa Grande e Senzala*” podem ser questionadas por diferentes razões: inicialmente porque não representa o cerne do sistema de produção escravista criminoso. Os eitos, os lugares de trabalho, onde se processam a realização do sistema, onde os seres e os produtos tomavam formas diversas, na produção de gado, nos engenhos de ferro, nos engenhos de farinha, nos de produção de açúcar, na mineração e manufaturas, nas atividades de transporte e portuárias, e não nas senzalas e nem na casa grande da produção açucareira do nordeste. A maior parte do país no período escravista não possuiu senzala ao estilo da produção canavieira e açucareira pernambucana, e nem a casa grande.

Menos ainda, a senzala não foi a única forma de moradia da população que trabalhava nos engenhos de cana-de-açúcar do nordeste brasileiro. Uma parte significativa de trabalhadores negros livres e semi-livres, a serviço da produção do açúcar, de acondicionamento, de transporte e de embarque para o exterior, nunca morou numa senzala, ou pelo menos no que é

interpretado como tal. A realidade da produção abriga uma complexidade não tratada na relação das senzalas com a casa grande na produção escravista criminosa do açúcar no nordeste brasileiro; muito menos serve de referência para pensar o Brasil na sua imensa diversidade humana, de produtos, regiões, organizações da produção e de tempos históricos.

Outro grande erro de interpretação do livro se estabelece em pensá-lo como um modelo que descreve as relações escravistas brasileiras e a formação das famílias patriarcais de toda a nação, quando não descreve nem mesmo de maneira sistemática a forma de vida e de habitação e relações sociais da fazenda de produção de açúcar como sistema produtivo do nordeste. Também não deixa de ser equivocada a ideia de que a obra *Casa Grande e Senzala* traria um caráter inovador ou revolucionário quando dito em relação ao cenário internacional. Na visão nacional, como já apontamos, muitas leituras estereotipadas se consolidaram no imaginário social. Em âmbito internacional as políticas do café com leite e da “cubanialidade” mostram que Cuba precedeu as discussões conciliadoras sobre mestiçagem devido às ações política da população negra nos que culminaram com a repressão americana de 1912 (TRELLES, 1927:75-78), (DOMÍNGUEZ, 2007). O mesmo processo de criação da ideologia da mestiçagem positiva pode ser vista na Venezuela. Os projetos de estados nacionais nas Américas, bem com as políticas de mestiçagem tiveram o patrocínio do governo e acadêmicos americanos.

O pensamento científico, visto como um conjunto diverso de ideias e paradigmas de um tempo e lugar histórico, oscila entre avanços e retrocessos, entre

certezas provisórias e incertezas, tendo como fonte o provisório. Algumas contribuições importantes para a compreensão da formação histórica, cultural e social do Brasil podem ter sido noticiadas tardiamente, no entanto os acréscimos cabem às gerações presentes e futuras, como é o caso dos anúncios da superação do passado. Um texto de reparação do pensamento histórico a ser incorporado e fonte importante de novas visões é o “Brasil do Boi e do Couro” de Jose Alípio Goulart (GOULART, 1966). Este permitiria, entre outros, a reformulação do olhar sobre a sociedade brasileira e sua formação indo em direção destoante das ideologias das casas grandes e das senzalas. O texto nos diz que existe uma organização social que difere da ideia do engenho como fator importante da nossa organização social, política, cultural e econômica. Completa esta visão o texto recente de Viviane Lima de Moraes (MORAIS, 2009). Podemos também recuperar que em 1959 o historiador Clovis Moura publicou *Rebeliões na Senzala* (MOURA, 1959), que poderia ter sido o prenúncio de uma ampla revisão de conceitos sobre a nossa formação histórica, visto existirem mais quilombos que casas grandes e senzalas (MOURA, 1988), sendo reafirmando por pelo menos dois importantes autores Flavio dos Santos Gomes (GOMES, 1993) e Rafael Sanzio Anjos (ANJOS, 2011). A minha crítica “as senzalas e a casa grande” tem como base a reformulação do pensamento científico nacional que pareceu não ter existido, visto que tenho a sensação que o texto de Freyre parece não ter sido superado pela crítica atual executada pela maioria dos professores universitários. Caso não tenha realmente existido a superação do texto de Freyre, isto não aconteceu por razões da ausência de novos conhecimentos ou de não existirem críticas importantes ao

livro. Assim temos como proposta que a permanência da suposta importância do livro se deva a existência de razões ideológicas como veremos mais adiante.

2. O que representou para população negra a livro de Freyre?

Os cotidianos da população negra são gerados por um conjunto de pensamentos presentes no imaginário social. Não importa como eu esteja bem vestido ou quem eu seja profissionalmente, existe um pensamento sobre um coletivo da população. As pessoas são vistas relacionadas com o que sociedade pensa sobre as culturas de origem, independente de quem elas sejam. Neste sentido é que podemos dizer que edição do livro *Casa Grande e Senzala* não representou nenhum impacto positivo sobre a vida da população negra. Apenas reforçou e formou de forma renovada vários conceitos racistas sobre a inferioridade civilizatória da população negra. Prega-se que a inovação fantástica do referido livro é ter saído da ênfase na raça e ter mudado para cultura, o que também não foi avanço nenhum para a população negra, pois o que ocorreu foi a substituição da inferioridade pela raça pela inferioridade pela cultura.

Considero que o livro em nada contribuiu para o conhecimento sobre a população negra, funcionou como uma forma de desqualificação cultural reafirmando um suposto e controvertido atraso civilizatório das populações africanas em relação à portuguesa. Além do mais o livro retira a força, ou pelo menos atenua os enfoques que acusavam a sociedade brasileira de racista. Funciona como uma negativa à existência do racismo como forma estrutural de impedimento da ascensão social da população negra. Ascensão social esta que abrange tanto a

economia, a política e a cultura. A população negra ao longo do século XX, além de ser usurpada do direito de ascensão social, também perdeu muito dos campos de trabalho e áreas que era de sua predominância. Em torno da mestiçagem se costura uma ideologia da democracia de igualdade de oportunidades entre as populações negras e brancas, um país sem razões para se falar de racismo antinegro.

Durante o escravismo criminoso, antes da abolição e da transição do século XX, e no período anterior aos grandes ciclos das imigrações europeias, um amplo conjunto de pequenos comércios e das profissões artesanais eram ocupados predominantemente por negras e negros, majoritariamente livres, mas também nesse coletivo se incluíam escravizados de ganhos. Muitos negócios de escravizados de ganho tinham outros escravizados trabalhando. Este predomínio profissional negro foi sendo substituído paulatinamente e tornado o trabalhador negro dispensável pelas mentalidades de desqualificação social da população negra. A preferência pelo trabalhador branco, europeu. Sendo que no século XX a grande contribuição para este processo racista no mercado de trabalho foi dado pela ciência que considerava a população negra inferior, primeiro pela raça e depois pela cultura, tendo sido um dos pilares desta força teórica o livro *Casa Grande e Senzala*.

Não houve também uma mudança radical de raça para cultura na totalidade do texto de Gilberto Freyre. A promessa não se concretiza visto que falar de mestiçagem implica em considerar as raças denominadas por indígena, negra como o africano e o branco como o português. Este triângulo perambula pelo texto todo produzindo as ideias de mestiçagens biológicas e culturais, mas nunca teorizando distante das raças de

origem. Ou seja, não existe no texto uma verdadeira substituição da raça pela cultura, não aparecem os povos, como Angolanos, Congolese, Nigerianos, Daomeanos e contra cenam com Tupis, Tapuias, Tabajaras e Portugueses, sim as raças. Quando se refere aos africanos, as culturas são sempre tomadas a partir da lógica dos portugueses, sem considerar as tecnologias e os feitos realizados no campo concreto da produção pelos descendentes no Brasil. Muito menos se considera o intenso comércio de produtos africanos que irriga a sociedade brasileira.

O livro *Casa Grande e Senzala* é analfabeto em história e cultura africana. Quando se refere aos feitos de africanos e descendentes para nos efeitos que não vão além dos feitos relativos aos campos do lúdico e do trivial, das comidas, do samba, das modinhas e do requebrar das mulatas. Restritos a estes aspectos ainda fica na superficialidade dos fatos, sem uma avaliação profunda e avaliada também destes aspectos importantes da cultura. Não existe no trabalho uma valorização da população negra e muito menos da cultura negra. Sobre o negro, o que existe são alguns elogios vazios de conteúdos e somente de efeito discursivo sem profundidade no seu desenvolvimento. Sobre população e cultura negra, o livro *Casa Grande e Senzala* copia os seus antecessores racistas sem, contudo, usar a palavra raça negra. Avançando na demonstração de desconhecimento sobre o continente africano e sobre as culturas e populações africanas, o livro comete outros deslizes racistas quando compara as populações da África Ocidental como as da África Austral, ou seja, os denominados sudaneses com os Bantos. Insiste no defeito de informação que considera os negros oriundos da África Ocidental mais evoluído que os das regiões Centrais, vindos de Angola, Congo e

Moçambique. Deduz que os primeiros não seriam nem propriamente negróides. Isto é uma tradução dos mesmos equívocos que estão presentes nos trabalhos de Nina Rodrigues, que foi um dos principais atores da transmissão do racismo científico para a sociedade brasileira. Então podemos reafirmar que, para a população negra, a edição da referida obra literária não representou avanço algum e nem um processo concreto de valorização.

Quando nos referimos ao escravismo o imputamos como um modo de produção criminoso. Escravismo criminoso. Este adjetivo criminoso não é aceito pela maioria dos colegas acadêmicos e muitos dos revisores dos artigos pedem a retirada do termo, alguns com certa irritação. Consideram o termo com militante, ideológico e nada acadêmico. Alegam ser a lei e a terminologia de uma época. Contestamos que a lei pode ser parte de um sistema criminoso. Usando o exemplo da Alemanha nazista, onde leis criminosas permitiram o extermínio de milhares de pessoas. Depois da derrubada do nazismo o governo e o estado nazista foram julgados e condenados como criminosos. Isto demonstra que embora seja a lei de um período histórico cabe retratações conceituais e julgamentos morais e legais posteriores. Assim, embora tenha sido a lei do sistema de produção da colônia e do império no Brasil, tratava-se de um sistema criminoso. Na qualidade de descendente dos africanos escravizados, necessito deste julgamento de valor sobre o sistema em que viveram meus antepassados. Foram vítimas de um sistema criminoso. Clamo que não podemos silenciar as histórias sobre os grandes holocaustos, sob pena de estes poderem se repetir. Uma das missões do ensino de história é a formação crítica sobre a vida humana e sobre os seus condicionantes. Portanto, trabalhar com

o conceito de escravismo criminoso preenche estes propósitos.

Existe um juízo de valor que diferencia a opinião de quem sofreu o sistema escravista e as consequências posteriores dos que o impuseram e usufruem das heranças deste. A sociedade brasileira comporta esta diferença e cumprem às gerações presentes a negociação crítica deste passado e presente histórico. Existiu no período republicano uma produção ideológica, tanto no campo das ciências humanas e biológicas, quanto na produção literária, para justificar o escravismo criminoso a partir da naturalização dos fatos históricos. Tal ideologia defendia que a naturalização do sistema é explicada por dois fatores: a fatalidade econômica e a inferioridade cultural ou mental da população negra. Ambas justificativas ganham legitimidade desde que o leitor se predisponha a manter-se no campo da desinformação pela realidade dos fatos históricos. Esta postura corrobora para confirmar a hipótese de que a escravidão foi necessária pela amplitude da terra brasileira a colonizar e pela ausência de população em Portugal. Afirma também que a população africana foi escravizada devido à superioridade civilizatória do europeu, do atraso dos africanos e da existência de escravidão entre os povos africanos. A importância da força deste pensamento pseudo naturalizado pode ser observada na introdução de um artigo publicado na *Revista Cultura* do Ministério da Educação e Cultura, de autoria de Corcino Medeiro dos Santos, em 1978:

“A opção da grande empresa agrícola para a colonização do Brasil demandava abundante mão-de-obra. Como resolver o problema foi a questão que se levantou. Portugal era um país de população diminuta e não havia como resolver a imigração de europeus para atuar

e, em desacordo com suas tradições e aptidões.

A instituição da escravidão foi, assim, um imperativo econômico. A montagem dos engenhos e a implantação da lavoura da cana e indústria do açúcar só se tornaram possíveis com a garantia de mão-de-obra em quantidade e continuidade.

O índio não se prestou a isto por estarem em estágio de civilização inferior. Trabalhavam juntos na caça e na pesca e dividiam os resultados entre si. Recolhiam e acumulavam somente o necessário para sua subsistência diária, desconhecendo, portanto, a economia agrícola, e por isso não poderiam entender o sentido do cultivo de grandes plantações de cana, das quais não tinham necessidade.

Diante da resistência e da incapacidade do índio para as grandes plantações tropicais, recorreu-se à escravidão de negros africanos, que foram mais resistentes a adaptáveis. Essa adaptação ao trabalho escravo, à grande exploração rural, foi resultante de dois fatores fundamentais: primeiro, o negro na África estava num estágio de civilização bem inferior ao do índio brasileiro que já praticava agricultura; segundo, muitos reinos africanos viviam a fase do escravismo e, portanto, muitos negros que eram negociados no Brasil já eram escravos em sua própria terra.

Legitimada a escravidão pelas leis econômicas e civis, ela veio a ser o sustentáculo de todo sistema colonial. Daí afirma Gilberto Freyre que a grande lavoura tropical só se tornou possível com a escravidão. De fato, os holandeses tentaram no nordeste brasileiro a continuação da indústria açucareira como o trabalho livre assalariado. Fracassaram e

tiveram que empregar os mesmos métodos que os portugueses. Essa exigência de grande lavoura tropical tornou indissociável o trinômio latifúndio-monocultura-escravidão.

A estrutura econômica, social e política do Brasil colonial terá as suas bases neste famoso trinômio” (SANTOS, 1978, p. 66).

O presente texto, popularizado por um órgão oficial do governo brasileiro, é um monumento de simplismo e de desinformação, marcado pela visão eurocêntrica e racista que coloca sempre o europeu na posição civilizatória e cultural superior. Seu conteúdo omite a existência de escravidão na mesma época na Europa e da circulação de escravos de diversas regiões com predominância de eslavos. Deixa de dizer que o escravismo de africanos no Brasil teve origem anterior Portugal onde o papa já havia autorizado da escravização dos povos considerados pagãos, dentro de uma lógica da luta de cristãos europeus contra mulçumanos africanos (CUNHA JUNIOR, 2007). O texto prima pela desinformação em desconhecer a diversidade das cidades e das realizações africanas nos vários campos do conhecimento. Deixa de dizer que os portugueses conheciam bem a mão de obra africana e as competências dos trabalhadores africanos, pois já utilizavam desde muito tempo antes da colonização do Brasil, visto que no século XV grandes ourives, joalheiros e artesões africanos trabalhavam em Portugal. A produção de artefatos de ferro e de tecidos africano eram de qualidade superior às de origem europeia (SILVA, 2008).

O artigo da revista do MEC deixa de informar que parte da população indígena foi escravizada como negros da terra, como omite o extermínio de vários grupos indígenas que reduziu consideravelmente a possibilidade destes

como mão-de-obra intensiva. Mas o mesmo documento informa o que é importante para este texto, destacando que os trabalhos de Gilberto Freyre servem para cristalizar e confirmar esta estrutura de pensamento. Uma visão acrítica sobre um texto como *Casa Grande e Senzala* que utiliza os elementos da naturalidade da história como argumento, não pode fazer uma historiografia renovada e nem ser pensado como marco de ruptura na historiografia social. Também não deve representar uma forma coerente com a realidade para explicar a nossa estrutura social.

3. O teor das minhas críticas sobre o livro

As críticas apresentadas até aqui tem como ponto de partida a análise da geografia do nordeste e da história da produção da região. No nordeste predomina o clima do semiárido, sendo que as regiões que permitem a produção de cana-de-açúcar, quer seja para produção de rapadura ou de açúcar, ocorre em uma pequena faixa de mata ao longo do litoral (com largura de 100 Km) e algumas regiões de serra, isto do Recôncavo Baiano até a Paraíba. A predominância do clima e da vegetação deu origem a colonização pela criação de gado. A maior parte do nordeste se desenvolveu baseada na criação do gado e nos produtos obtidos desta cultura. Nas criações de gado não existiu nem senzalas e nem casa grande. O escravismo existiu, mas sob outra forma de organização. Partindo desta constatação podemos deduzir que o livro não expressa nem o processo de colonização do nordeste, ou a trajetória histórica de ocupação do nordeste. Também em outras regiões do Brasil o escravismo criou formas de organização muito distintas das do engenho de cana-de-açúcar, como são os exemplos de

Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. Também muito distintas da região Amazônica e da região sul. Portanto o livro não deveria ser tomado como uma interpretação da ocupação, povoamento e produção nem do nordeste e muito menos do Brasil. No entanto o autor afirma que o Brasil nasceu na Casa Grande, argumento este que não se justifica nem pelo ponto de vista da geografia, tão pouco da história ou da sociologia.

Outra crítica que merece atenção é a forma infantil e descomprometida de formação universitária ou científica que o autor constrói a ideia de relações harmônicas entre as mulheres negras e índias e o português. Diz sem explicar de onde e como observou que embora os negros fossem brutamontes, os pênis eram pequenos como titicas de moleques. Surgindo desta constatação a preferência das negras pelos portugueses. Se qualquer estudante de mestrado ou doutorado escrevesse tal absurdo estaria sumariamente reprovado. No entanto, esta rude e tosca afirmação não é denunciada e nem criticada pela maioria dos leitores e admiradores do livro. A afirmação ingênua e infantil é estrutural na construção do raciocínio de Freyre, pois ela leva a crer no interesse das negras e índias pelo europeu português, fato que também não tem nenhuma comprovação histórica, funciona como uma hipótese, sem nenhuma análise ou demonstração histórica convincente. Também as situações das mulheres africanas aprisionadas na casa grande não são percebidas pelo autor como cárcere privado, sendo então a gênese desta mestiçagem. O português não figura como estuprador dessas mulheres. Da mesma forma imprudente também explica a preferência das índias pelos portugueses. Freyre nos diz que os índios eram pouco interessados pelo

sexo e os portugueses bem mais. Assim, as índias deram preferência aos brancos “pegadores”. As atrocidades, guerras, genocídios dos homens e, depois, as mulheres caçadas como cães nas matas, nada disto é reportado ou analisado. Restou no imaginário popular a ideia das índias bugres caçadas a dente de cachorro, visto erroneamente como um ato de benevolência do civilizador branco em aceitar a incivilizada como esposa. Este provérbio de ser descendente de índia bugre caçada a dente de cachorro é muito comum no nordeste, em particular no Ceará e em Pernambucano, entre a população denominada como morena ou cabocla. Serve como forma de explicação da cor da escura de pele.

O terceiro conjunto das críticas vai em direção ao trabalho na indústria açucareira do engenho de cana-de-açúcar, por escravizados, agregados e meeiros. Trata-se da população de trabalhadores com variações de *status* sociais, não se trata de uma massa uniforme. A complexidade da produção do açúcar foi comandada por uma variedade de profissões e especializações, compondo um quadro diversificado de situações de trabalho. O livro *Casa Grande e Senzala* não transcreve esta complexidade, pois ela não levaria aos trabalhadores serem tratados apenas como escravos da senzala e patrões da casa grande. O trabalho implica na criação de animais para transporte e tração. Na produção de oleiros para produção de construções e vasos cerâmicos para resfriamento do caldo cristalizado. A realização de fiação e tecelagem. O trabalho de ferreiros e produtores de instrumentos de ferro. A criação das pesas dos engenhos e dos trabalhos de marcenaria e carpintaria. O texto de “*Casa Grande e Senzala*” desconhece esta complexidade e fazendo isto impossibilita uma real avaliação da

participação da população negra no sistema dos engenhos, o que impossibilita uma tradução das relações sociais da propriedade na sua amplitude. Então o livro não tem a capacidade nem mesmo de refletir as relações existentes na propriedade regionalista do engenho.

4. Os grandes críticos de *Casa Grande e Senzala*

Na literatura universitária brasileira podemos elencar pelo menos quatro grandes críticos do livro *Casa Grande e Senzala*. Certamente existem vários outros, estou apenas retomando os que considero os mais conhecidos. Ficando em apenas quatro grandes críticas podemos citar Kabengele Munanga (2006), como seu livro “*Repensando a mestiçagem*”; Dante Moreira Leite (1969) com “*O caráter nacional brasileiro. História de uma ideologia*”; Carlos Guilherme Mota (2008), “*Ideologia da cultura brasileira*”; e, ainda, o laborioso trabalho recente “*Tempos de Casa-Grande (1930-1940)*” de Silvia Cortez Silva (2010), que faz uma crítica importante ressaltando também os problemas do antissemitismo e outros racismos contidos na produção Freyreana.

Kabengele Munanga faz uma crítica a um conjunto de intelectuais que tem a mesma preocupação e jogam de forma semelhante com o problema da mestiçagem com a intenção da construção da nacionalidade (no sentido ideológico) do povo brasileiro (MUNANGA, 2006). Demonstra que a busca por uma identidade étnica única para o país tornou-se o foco de vários intelectuais na primeira república. Esta identidade única sempre fomentou a negação da negritude brasileira e das formas das identidades negras brasileiras. Contrapõe esta ideologia da identidade nacional única às identidades negras. Tece ainda uma crítica ao

espírito da mestiçagem colocando no mesmo projeto Silvio Romero, Euclides da Cunha, Alberto Torres, Manuel Bonfim, Raimundo Nina Rodrigues, João Batista de Lacerda, Edgar Roquete Pinto, Oliveira Viana e Gilberto Freyre.

Munanga (2006) critica em particular o livro *“Casa Grande e Senzala”*, visto que este se cristaliza o mito da democracia racial brasileira. Diz que o livro permitiu completar em definitivo os contornos de uma identidade ideológica nacional que há muito vinha sendo desenhada desde os primórdios da república. Parte da consolidação do mito da origem nacional das três raças produz as descrições das misturas entre os povos. Passa dos enfoques de raças para os das culturas que também se tornam mestiças no campo cultural. Destas ideias, constrói o conceito da dupla mistura de onde forma-se a hipótese da democracia racial. O mito da democracia racial está expresso na conclusão de Freyre, reproduzida e criticada por Munanga: *“Somos uma democracia porque a mistura gerou um povo sem barreira, sem preconceito”*. Esta conclusão é duramente criticada em função da realidade em que vivem as populações negras no país. Portanto, Munanga conclui que a forma que a mestiçagem é construída nas ideias de Freyre estrutura uma ideologia que opera tanto disfarçando o racismo como também dificultando as manifestações públicas dos protestos dos movimentos e da população negra.

Dante Moreira Leite inaugura um ciclo de duras críticas ao livro na década de 1950 e 1960. No trabalho deste autor produzido em 1955 é importante notar que ele trata de conceitos como etnocentrismo, sentimento nacionalista e da relação deste com o nacionalismo. Reconhece o eurocentrismo como a expressão de um grupo minoritário

dominante em ver o mundo, a nação, somente desde si próprio, fazendo-se como centro de tudo e superior aos outros. Dante ainda reconhece que o sentimento nacionalista é imposto pelos grupos dominantes ao povo. Trata das diferenças e semelhanças entre o nacionalismo e o racismo. O nacionalismo justifica as desigualdades e hierarquias entre nações que têm conteúdos históricos, políticos e culturais, enquanto o racismo justifica as desigualdades sociais por questões biológicas e naturais, e existe dentro de uma nação para justificar a divisão de classes ou de castas. Entende que o racismo está próximo do nacionalismo se for usado para justificar o domínio de um povo sobre outro, como ocorreu no expansionismo colonial. Inclui nesta explanação o darwinismo social que, respaldado pela ciência, indica que a evolução natural da humanidade ocorre pela dominação das raças menos capazes por raças superiores. Segue afirmando que a origem do nacionalismo num povo se caracteriza pela exaltação das suas qualidades, sendo que as grandezas afirmadas são comparadas com outros povos vistos como inferiores. Tal sentimento nasce nas classes mais ilustradas e é imposto pelos grupos dominantes às outras classes através da educação e dos meios de comunicação. Assim, Dante reconhece em Freyre a continuidade deste esquema de nacionalismo e, nas críticas, indica que este autor não consegue ultrapassar a perspectiva do grupo social a que pertence, ou seja, a elite patriarcal. Denuncia que somente uma visão conservadora da história social poderia imaginar doçura na relação do escravizador com a escravizada. Assim, a tese serve como uma ideologia que justifica a forma de dominação desta elite patriarcal, através da mestiçagem, sem, contudo, admitir plenamente a

crueldade do sistema de trabalho escravista colonial. Na crítica ao livro *Casa Grande e Senzala*, Dante considera o método enquanto um enorme processo de deformação, pois constitui uma teoria correta quanto a miscigenação, que produz um disfarce da realidade, sem um ponto de vista teórico bem definido, sem método explicativo baseado quer na história, na sociologia ou na antropologia, e que contém as hipóteses básicas apenas fundamentada nas intuições pessoais do autor, que padece de comprovações sistemáticas e objetivas. Indica e critica existir no texto um desprezo à cronologia e à precisão do espaço geográfico em relação aos fatos descritos, o que prejudica e anula as qualidades esperadas de um trabalho científico.

Para Carlos Guilherme Mota o livro *Casa-Grande e Senzala* é produto do conservadorismo da República Velha e indica os esforços de compreensão da realidade brasileira levados a cabo por uma elite aristocratizante que progressivamente perdia poder. Mota critica a informalidade do texto e indica que o uso literário funcionam como uma máscara para encobrir a realidade da dominação. Realiza no seu ensaio crítico uma história das “desleitura” da obra de Freyre e instrui que autor desenvolveu uma série de “mecanismos e artifícios” para não ser facilmente localizável na sua real estrutura de opção e filiação científica. Diz que Freyre oscila entre se colocar como sociólogo, mas em contraposição em se dizer contrário à ciência na forma que é feita. Ou seja, se coloca como um reformador ou inovador. Assume as tarefas e conceitos liberais e, no entanto, quando critica os liberais produz uma ilusão de se tratar de um revolucionário. No entanto como revolucionário trabalha no campo de conservadores. De revolucionário conservador pode ser classificado como

um simples escritor. Mota deduz que esta trama de escritor serve apenas para tornar indefinidas as suas verdadeiras opções e filiações teóricas e conceituais. Como crítico de Freyre, Mota discute o problema do estilo dito atípico e conclui que o estilo desenvolvido no livro não é um produto da personalidade do autor ou do seu pendor literário, mas a forma de despistar as verdadeiras intenções. Na perspectiva de Guilherme Mota o livro “*Casa Grande e Senzala*”, devido a sua forma ensaística, entretém o leitor, mas, em muitos casos, não explica os fatos, mas os lança ingenuamente e forma uma consciência sobre estes, na qual encobre o real das relações de dominação entre brancos e negros no Brasil.

Silvia Cortez Silva trata de outros aspectos voltados para a análise do mito da democracia racial e da mestiçagem. *Tempos de Casa-Grande* representa uma reflexão minuciosa sobre o livro, pondo em evidência uma das problemáticas que é a invisibilidade do trabalho e do racismo. A autora coloca Freyre no banco dos réus, demonstrando o seu pensamento racista. Para Silvia Cortez, o conhecido autor é um intelectual racista, destacando neste trabalho o viés do antissemita. Na sua análise, a autora não se confunde com as ambigüidades produzidas por Freyre, que criam uma estratégia de elogios e acusações, e que funde as acusações num argumento forte que fica apenas numa das denominadas marcas mais importantes de Freyre, que é a mestiçagem e a elaboração do mito da democracia racial, mas produz um inventário de outra marca importante: o racismo e a formação de mentalidade racista. Demonstra como o racismo e o racialismo foram naturalizados e acobertados por interpretações do próprio Freyre. O pensamento de mestiçagem de Freyre é um pensamento evolucionista, o qual pressupõe que, pela marca do racismo, estaríamos indo em

direção a uma sociedade mestiça e cada vez mais embranquecida, culturalmente purificada pela europeização. Definindo-o como criador do maior mito da sociologia brasileira, que é da democracia racial, e que se trata antes de tudo de uma mitologia política que procura trazer para o centro do pensamento uma solução para o problema racial, evidenciado nos anos 1930 com as catastróficas teses eugênicas, sendo que ele prometia uma modernidade com atenuações que teria como resultado o produto da mestiçagem eugênica. Trata o futuro anunciado por Freyre como de nítido sentido soreliano, em referência ao pensador francês Georges Eugène Sorel (1847-1922) que acreditava no mito como força capaz de levar pessoas a agir em prol do triunfo de uma causa, fosse ela qual fosse, justa ou não (GUERRA, 1977). Então, o mito da democracia racial na análise de Silvia Cortez teria este poder. Ela não deixa de ironizar o fato de ser Freyre um descendente de judeus imigrados no passado para Pernambuco, desfazer dos judeus no texto.

5. Na cultura científica o difícil não é a produção do novo e sim a ruptura com o passado

O problema não é o que está escrito no texto da casa grande e da senzala, mas as sérias implicações daquilo que se pensa sobre o texto e das consequências sociais destes pensamentos para a população negra. O pensamento acadêmico, por vezes clama pelas regras do rigor acadêmico. O texto é pleno de deslizes que o rigor acadêmico não deveria aceitar. No campo das ideologias, uma bem brasileira é a da mestiçagem. O que se pensa sobre a casa grande e a senzala provém das interpretações deste texto inoportuno para a condição social da população negra. Coroa a ideologia da república. Onde era necessário ordem e

progresso, também precisava da unidade nacional e dos caminhos do progresso. A ordem de um lado implicou nas constantes repressões à população negra oprimida. E dos acordos sobre a unidade nacional. O progresso pela procura da europeização do país, nos modelos europeus de industrialização e da supressão do que seria o atraso, as africanidades e afrodescendências, não apenas no campo da cultura, mas da configuração da população.

Os genocídios, as repressões policiais e as obscuras iniciativas do eugenismo, seguidas das correntes imigratórias europeias, com a proibição de imigração de negros da África e do Caribe, acompanhadas do pensamento da desaparecimento do negro pela mestiçagem. A mestiçagem funcionou como um argumento importante na ideologia da unidade nacional dos três povos de origens e de situação na história nacional distintas. O amálgama estava na mestiçagem como proposta da superação das origens e não nas distinções históricas. Inexistiram as políticas de proteção da população negra no mesmo perfil das de proteção da imigração. Não houve a mestiçagem do imigrante com o brasileiro negro como ampla realidade. Muito menos a mestiçagem do poder político, das propriedades e das contas bancárias.

A mestiçagem faz parte da ideologia unidade nacional que os positivismos procuravam e também fez parte do ideal que os marxistas perseguiam. Numa visão teórica de uma sociedade de duas classes e com a contradição maior sendo o capital, não cabe outra forma de pensar as contradições estruturais. O povo brasileiro como unidade ideológica é premissa para adequação das interpretações marxistas e também para a revolução das classes populares. Somente pelo que se pensa

ideologicamente é que podemos compreender como positivistas e marxistas pensam o Brasil através das propostas da casa grande e da senzala, reunidos harmonicamente pela mestiçagem. Desta maneira, pensam ser o livro importante para a formação nas ciências humanas em nosso país, o adotam e elogiam nas formações. Os mais cautelosos propõe leituras críticas sem, contudo, apresentarem os críticos e muito menos outros autores como propostas divergentes.

Os absurdos e os erros apontados pelos críticos são vistos como problemas do tempo que foi escrito. Afirmam nos corredores da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Ceará, no ambiente que convivo e observo, mas também em outros fóruns, que ele foi um homem o seu tempo, isto justificando os problemas que temos apontado. A minha resposta é lógica, sim foi um homem do seu tempo, tempo das teorias racistas e das perseguições sistemáticas das culturas negras. Tempo no qual os Babalorixás eram presos e internados em manicômio na cidade do Recife, sem nenhum protesto ou linha da escrita deste herói do pensamento brasileiro (SILVA, 2008). Mas o que cabe no presente é concluirmos que as senzalas e a casa grande não explicam as relações sociais do Brasil e nem mesmo as do nordeste. Por outro lado, a mestiçagem também não teve sua partida e nem as suas origens de forma pacífica e ingênua como o texto leva a concluir. O texto não tem referências que impliquem em concluirmos que ele transmita algum conhecimento sobre as populações africanas e afrodescendentes e das suas culturas. A conclusão é que para as populações negras a denominada obra não traz nenhum avanço e nenhuma visão progressista sobre a nossa realidade.

Como a cultura científica é muito repetitiva dos velhos paradigmas e das formas anteriores, a novidade existente tem dificuldade de penetração. Assim, a cultura passada tem dificuldade em absorver o que existe de novo sobre as populações negras no Brasil, sobre a cultura negra e principalmente sobre as relações sociais entre esta população e as demais. Sendo assim, sugerimos que os novos conhecimentos não bastam para que a cultura da casa grande e da senzala em termos de cultura universitária seja abolida e substituída. Continua-se a conservar as leituras e os elogios ao texto, sem uma real atenção para as críticas e mais ainda para as novas produções. No campo universitário a produção de conhecimento é conservadora, como nos indica Thomas Kuhn (2009) no seu trabalho sobre os paradigmas científicos e a dificuldade da sua superação.

No caso brasileiro a produção do conhecimento universitário é conservadora e eurocêntrica. Poderia dizer mais atrasada em relação à própria produção europeia que tem se renovado muito nos últimos 40 anos sobre as visões a respeito das culturas africanas e as relações entre o pensamento africano e ocidental. O conservadorismo e eurocentrismo brasileiro se fundem e produzem um perfeito campo de alienação científica para justificar o completo desprezo com a realidade da população negra, da cultura negra e africana. População negra que representa a imensa maioria dos mais pobres e dos mais excluídos das preocupações gerais da universidade, enquanto ensino, extensão e pesquisa. Neste sentido do conservadorismo científico expresso em *Casa Grande e Senzala*, o que se consagra às diversas referências elogiosas ao mesmo representa um atraso acadêmico. Para Freyre, e diletos de forma contundente, não somos

racistas devido às características mestiças do Brasil. Nesta premissa se apoiaram muito dos argumentos contra as cotas para a população negra nas universidades brasileiras. A novidade que se apresenta desde os anos de 1920 e que é de difícil aceitação ampla pelas nossas elites universitárias, tanto marxistas como positivistas, é que somos um país mestiço nas relações biológicas e racistas nas relações que implicam em poder. A biologia (ou a mestiçagem), retomando as conclusões de Kabengele Munanga (2006), não tem relação com as esferas econômicas, políticas, culturais e sociais. O racismo, afirmo, é estrutural, invade as relações de poder, faz parte do sistema de dominação entre grupos sociais. Sobre essas relações sociais acerca da complexidade que atravessa a história da população negra é que a universidade brasileira se recusa discutir. Nesta recusa, o texto de Freyre funciona como álibi mitológico na formação de uma mentalidade sem culpa de não tratar a realidade como ela se apresenta, mas como podemos imaginá-la.

Ainda devemos nos localizar numa premissa importante para a análise de todos os trabalhos universitários e que não tem sido aplicado ao livro de Freyre. O todo não pode ser compreendido sem as partes e as partes em o todo. O texto de Freyre é pleno de frases racistas e sexistas. Afirmções sem referência, aparentemente soltas ou da observação do autor sem comprovação da sua veracidade ou amplitude do fato. Apresentamos penas alguns exemplos para ilustrar a precariedade do texto.

O europeu saltava em terra escorregando em índia nua; os próprios padres da Companhia precisavam descer com cuidado, senão atolavam o pé em carne. (...) As mulheres eram as primeiras a se entregarem aos brancos, as mais

ardentes indo esfregar-se nas pernas desses que supunham deuses. Davam-se ao europeu por um pente ou um caco de espelho.

São é geral pretalhonas de elevada estatura – essas negras que é costume chamar de baianas.

A negra corrompeu a vida sexual da sociedade brasileira, iniciando precocemente no amor físico os filhos-família. Mas essa corrupção não foi pela negra que se realizou, mas pela escrava. Onde não se realizou através da africana, realizou-se através da escrava índia.

O que a negra da senzala fez foi facilitar a depravação com a sua docilidade de escrava; abrindo as pernas ao primeiro desejo do sinhô-moço. Desejo, não: ordem.

Para a população negra a edição do livro não representou nenhum avanço, pois não possui nenhuma base na realidade concreta. Não tem nenhuma base de informação consistente sobre as origens africanas e nem sobre a variedade de contribuições significativas que os africanos e afrodescendentes deram ao país. Também não tem elementos que discutam a realidade de vida da população e se concentra num passado imaginado pelo autor, distante da diversidade de situações que produziram a constituição da nação. O livro explora uma grande literatura com fonte baseada em atores que beberam nas informações produzidas no período de grande consistência do racismo científico e que aparecem recopiladas no livro sem uma reflexão crítica dos seus significados e das condições da produção dos fatos históricos. O livro produziu um grande prejuízo político em relação às reivindicações das populações negras e dos movimentos negros, visto que produziu um aparelho ideológico contra as denúncias de desigualdades entre as

populações negra e branca. O pensamento produzido pelo livro mascara a desqualificação social da população negra. As denúncias de racismo antinegro ficam minimizados, pois a ideologia da democracia racial está bastante difundida e teve como base a estrutura produzida pelo livro *Casa Grande e Senzala*.

Para os moldes acadêmicos e científicos em curso no presente, uma conclusão é importante: não é um trabalho sistemático, nem de historiador, devidos às fontes fluidas, soltas de comprovação dúbia, nem de sociólogo ou antropólogo. Poderíamos, em termos técnicos destas áreas do conhecimento, dizer que não se trata de um trabalho profissional. Sendo assim não deveria ter a importância universitária e bibliográfica que é atribuído. Como tem uma notória importância, visto ser texto da maioria dos cursos de graduação e pós-graduação em ciências humanas, então, estamos diante de um fato importante e político, a política cultural antinegra da república velha permanece viva entre nós. Por mito no cotidiano não especializado das áreas não técnicas universitárias e por ideologia para os especialistas das áreas técnicas das universidades, mas não por razões de mérito científico.

Referências

ANJOS, Rafael Sanzio Araújo dos. Territorialidade Quilombola. Brasília: Editora: Mapas & Consultoria. 2011.

CARVALHAL, Lázara A. *Loucura e sociedade: o pensamento de Juliano Moreira (1903-1930)*. Monografia (Bacharelado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 1997.

CORREA, Mariza. As ilusões de liberdade: A escola de Nina Rodrigues e antropologia no Brasil. Bragança Paulista: EDUSF, 1998.

CUNHA JUNIOR, Henrique. NTU. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 108, vol. 9, p. 81-92.

Maringá, 2010, disponível em <http://www.periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/9385/5601>

CUNHA JUNIOR, Henrique. Os negros não se deixaram escravizar. Temas para as aulas de história dos afrodescendentes. **Revista Espaço Acadêmico**, nº 69, ano VI, Fev. 2007, disponível em <http://www.espacoacademico.com.br/069/69cunhajr.htm>

DOMÍNGUEZ, Esteban Morales. Desafios de la problemática racial en Cuba. Havana: Fundación Fernando Ortiz. 2007.

FREYRE, Gilberto. Casa Grande & Senzala. 41ª edição, Rio de Janeiro, Record, 2000.

GOMES, Flavio dos Santos. Histórias de Quilombolas – Mocambos e Comunidades de Senzalas no Rio de Janeiro, século XIX. São Paulo: Companhia da Letras. 1993.

GOULART, José Alípio. Brasil do boi e do couro. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1966.

GUERRA, Marino Diaz. *El pensamiento social de Georges Sorel*. Madrid, Instituto de Estudios Políticos. 1977.

JACOBINA, Ronaldo / GELMAN, Ester Aida. Juliano Moreira e a *Gazeta Médica da Bahia* História, Ciência e Saúde – Manguinhos, vol.15, n.4, Rio de Janeiro, Oct./Dec. 2008. <http://dx.doi.org/10.1590/S0104-59702008000400011>

JACOBINA, Ronaldo Ribeiro. De Santo (São João de Deus) a médico (Juliano Moreira): análise histórica do manicômio estatal da Bahia (1930-1937). Salvador: Revista Bahiana de Saúde Pública.V.30, numero 1, jan-jun, 2-6.p.24-32.

KUHN, Thomas. A Estrutura das Revoluções Científicas. Tradução de Carlos Marques. Lisboa: Guerra & Paz, 2009, 288 pp.

LEAL, Maria da Graça. Manoel Querino entre as letras e lutas - Bahia 1851-1923. São Paulo: PUC tese de doutoramento, 2004.

LEITE, Dante Moreira. O Caráter Nacional Brasileiro. História de uma ideologia. 2a. ed. São Paulo: Pioneira, 1969.

MORAIS, Viviane de Lima. Da subjetividade do homem à materialidade do boi: recriando Áfricas na diáspora. São Paulo: Tese de doutoramento. PUC, 2009.

MOREIRA, Juliano. Assistência a alienados no Pará e no Rio Grande do Sul. *Archivos*

Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Ciencias Afins. Rio de Janeiro, v.3, n.3-4, p. 429-435, 1907.

MOREIRA, Juliano. *Etiologia da sífilis maligna precoce*. Tese inaugural de doutoramento - Faculdade de Medicina da Bahia (Fameb), Salvador. 1891.

MOREIRA, Juliano. Quaes os melhores meios de assistencia aos alienados? *Archivos Brasileiros de Psychiatria, Neurologia e Medicina Legal*, Rio de Janeiro, v.6, n.3-4, p.373-96, 1910.

MOTA, Carlos Guilherme. Ideologia da cultura brasileira (1933-1974). São Paulo: Editora 34, 2008. v. 1. 424 p.

MOURA, Clovis. As injustiças de Clio - o negro na historiografia brasileira. Belo Horizonte: Oficina de Livros. (1990).

MOURA, Clovis. Rebeliões na Senzala. Porto Alegre: Mercado Aberto. 1988 (quarta edição).

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. 2 ed., Belo Horizonte. Autêntica, 2006. p.55

MUNANGA, Kabengele. Rediscutindo a mestiçagem. Identidade nacional versus identidade negra. Petrópolis: Editora Vozes. 1999.

OLIVEIRA, L. L.. *A sociologia do guerreiro*. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1995.

PASSOS, Alexandre. *Juliano Moreira - Vida e Obra*. Rio de Janeiro: Liv. S. José, 1975.

QUERINO, Manuel Raimundo. "O colono preto como fator da civilização brasileira", *Afro-Ásia*, n. 13, pp. 143-158.1980.

QUERINO, Manuel Raimundo. *A raça africana e os seus costumes*. Salvador, Livraria Progresso Editora, 1955.

SANTOS, Corcino Medeiros dos. O trabalho escravo na propriedade rural: A fazenda Santa Cruz. Revista Cultura. Ano 8, n, 29, abril/jun. pagina 66. Brasília: Ministério da Educação e Cultura, 1978.

SANTOS, José Antônio dos. **Raiou a Alvorada: Intelectuais negros e imprensa - Pelotas (1907-1957)**. Pelotas: Universitária, 2003.

SILVA, Fatima Aparecida Silva. Memória e História da Frente Negra Brasileira no Recife e Suas Transformações. Fortaleza: Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará. 2008.

SILVA, Jacira. **Vozes de Mulheres Negras na Imprensa Negra Pelotense: a luta por educação através dos escritos do jornal "A Alvorada"**. Pelotas: UFPEL, 2001.

SILVA, Juliana Ribeiro da. Homens de Ferro. Os ferreiros na África Central no Século XIX. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de São Paulo. São Paulo, 2008. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8138/tde-03092009-145620/>. Acesso em 23/09/2009.

SILVA, Silvia Cortez. Tempos de Casa-Grande (1930 – 1940). Editora Perspectiva. 2010. ISBN: 8527308835

SKIDMORE, Thomas E. Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro. 2. ed. Rio de Janeiro. Paz e Terra. *Apud* MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional versus Identidade negra**. 2 ed., Belo Horizonte. Autêntica, 2006. p.55.

TRELLES, Carlos M. Cuba Contemporanea. Revista mensal. La Habana: 1913-1927. vol.43.p.30- 78. (lista de intelectuais e escritos negros do período em Cuba).

TRINDADE, Liana Silva. "O negro em São Paulo no período pós-abolicionista" in História da cidade de São Paulo: a cidade na primeira metade do século 20 (1890-1954). V. 3. São Paulo: Paz e terra, 2004. p. 106.

VIANNA, Aurélio; FONTES, João Tillemont; MOREIRA, Juliano. Assistência aos alienados na Bahia. Relatório. *Gazeta Médica da Bahia*, Salvador, 1:14-40, jul. 1895.

Recebido em 2013-06-10
Publicado em 2013-11-